



International Physical And Sport Education Federation
FIEP Bulletin On-line
ISSN-0256-6419 - Impresso
ISSN 2412-2688 - Eletrônico
www.fiepbulletin.net



UNIVERSITY EXTENSION IN PHYSICAL EDUCATION IF GOIANO: ACTIONS AND POSSIBILITIES

LAURA MENDES DE ARAUJO¹

GRASSYARA PINHO TOLENTINO²

¹GRADUANDA EM EDUCAÇÃO FÍSICA PELO IF GOIANO - CAMPUS URUTAI.

²DOUTORA EM EDUCAÇÃO FÍSICA. PROFESSORA DO IF GOIANO - CAMPUS URUTAI

Abstract

This article addresses the importance of university extension in the Physical Education program at IF Goiano, highlighting how this practice connects academic knowledge to social demands. The curricularization of extension is presented as a strategy to integrate teaching, research, and extension, promoting the ethical, critical, and responsible formation of students. The text describes successful extension actions developed within the program, focused on areas such as health and education, and emphasizes their positive impact on the community. The challenges faced in implementing extension, such as resistance to change and the need for more consistent evaluations, are discussed. The study reinforces the relevance of extension for professional training, showing how initiatives applied in practice can benefit various groups, from children to the elderly. The article concludes that curricularizing extension is essential to enhance academic training and expand the social impact of Physical Education.

Keywords: university extension; physical education; curricularization

EXTENSIÓN UNIVERSITARIA EN EDUCACIÓN FÍSICA SI GOIANO: ACCIONES Y POSIBILIDADES

Resumen

Este artículo aborda la importancia de la extensión universitaria en el programa de Educación Física del IF Goiano, destacando cómo esta práctica conecta el conocimiento académico con las demandas sociales. La curricularización de la extensión se presenta como una estrategia para integrar la enseñanza, la investigación y la extensión,

promoviendo la formación ética, crítica y responsable de los estudiantes. El texto describe acciones extensionistas exitosas desarrolladas en el programa, enfocadas en áreas como salud y educación, y enfatiza su impacto positivo en la comunidad. Se discuten los desafíos enfrentados en la implementación de la extensión, como la resistencia al cambio y la necesidad de evaluaciones más consistentes. El estudio refuerza la relevancia de la extensión para la formación profesional, mostrando cómo las iniciativas aplicadas en la práctica pueden beneficiar a diversos públicos, desde niños hasta adultos mayores. El artículo concluye que la curricularización de la extensión es esencial para potenciar la formación académica y ampliar el impacto social de la Educación Física.

Palabras clave: extensión universitaria; educación física; curricularización

EXTENSION UNIVERSITAIRE EN ÉDUCATION PHYSIQUE SI GOIANO: ACTIONS ET POSSIBILITÉS

Résumé

Cet article aborde l'importance de l'extension universitaire dans le programme d'Éducation Physique de l'IF Goiano, mettant en évidence comment cette pratique relie les connaissances académiques aux besoins sociaux. La curricularisation de l'extension est présentée comme une stratégie pour intégrer l'enseignement, la recherche et l'extension, favorisant ainsi la formation éthique, critique et responsable des étudiants. Le texte décrit des actions extensionnistes réussies développées dans le programme, axées sur des domaines tels que la santé et l'éducation, et souligne leur impact positif sur la communauté. Les défis rencontrés dans la mise en œuvre de l'extension, tels que la résistance au changement et la nécessité d'évaluations plus cohérentes, sont également abordés. L'étude renforce la pertinence de l'extension pour la formation professionnelle, montrant comment les initiatives appliquées dans la pratique peuvent bénéficier à divers publics, des enfants aux personnes âgées. L'article conclut que la curricularisation de l'extension est essentielle pour renforcer la formation académique et élargir l'impact social de l'Éducation Physique.

Mots-clés : extension universitaire ; éducation physique ; curricularisation

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM EDUCAÇÃO FÍSICA IF GOIANO: AÇÕES E POSSIBILIDADES

Resumo

O artigo aborda a importância da extensão universitária no curso de Educação Física do IF Goiano, destacando como essa prática conecta o conhecimento acadêmico às demandas sociais. A curricularização da extensão é apresentada como uma estratégia para integrar ensino, pesquisa e extensão, promovendo a formação ética, crítica e responsável dos estudantes. O texto descreve ações extensionistas exitosas desenvolvidas no curso, voltadas para áreas como saúde e educação, e enfatiza seu impacto positivo na comunidade. São discutidos os desafios enfrentados na implementação da extensão, como a resistência a mudanças e a necessidade de avaliações mais consistentes. O estudo reforça a relevância da extensão para a formação profissional, mostrando como iniciativas aplicadas na prática podem beneficiar diversos públicos, desde crianças até idosos. O artigo conclui que a curricularização da extensão é essencial para potencializar a formação acadêmica e ampliar o impacto social da Educação Física.

Palavras-chaves: extensão universitária; educação física; curricularização

Introdução

A extensão universitária é uma prática que conecta a universidade e a sociedade, permitindo que as demandas comunitárias sejam atendidas por meio do conhecimento acadêmico, configurando-se como um processo interdisciplinar, de natureza político-educacional, cultural, científico e tecnológico, que fomenta uma interação transformadora entre a universidade e os diversos setores da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento social e a formação cidadã. Nesse contexto, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX, 2012) desempenha um papel fundamental ao coordenar e promover o desenvolvimento das atividades de extensão no Brasil, atuando como um espaço de diálogo e articulação entre as instituições públicas de ensino superior para estabelecer diretrizes, compartilhar boas práticas e fortalecer a relação entre universidade e sociedade, além de contribuir para a formulação de políticas públicas de extensão alinhadas às necessidades sociais e aos objetivos educacionais das universidades brasileiras, reforçando o papel transformador da extensão universitária e sua importância na formação de profissionais críticos e socialmente responsáveis.

O movimento de extensão universitária no Brasil teve suas raízes no início do século XX, em um período em que, embora já existissem instituições de ensino superior isoladas, como as faculdades de Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro e as de Direito em Olinda e São Paulo, ainda não havia um sistema universitário consolidado com regulamentação formal (Hayakawa, 2024). Essas instituições, apesar de não estarem organizadas sob o

conceito moderno de universidade, já buscavam, de forma pioneira, aproximar o conhecimento acadêmico das demandas sociais e culturais da época, incentivadas pela atuação de intelectuais e reformadores educacionais que defendiam a integração entre ensino, pesquisa e responsabilidade social (Rayol e Alvino-Rayol, 2019).

O Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, conhecido como Estatuto das Universidades Brasileiras, estabeleceu a extensão universitária como uma função essencial das universidades, integrando o ensino superior às demandas sociais e culturais (Brasil, 1931). Esse decreto unificou a estrutura das universidades brasileiras, destacando a importância da extensão como atividade complementar ao ensino e à pesquisa, consolidando seu papel como agente de transformação social e influenciando legislações educacionais posteriores.

Os movimentos estudantis desempenharam um papel significativo na construção da extensão universitária no Brasil, especialmente a partir da influência do Manifesto de Córdoba, que defendia uma universidade comprometida com as demandas sociais e aberta à participação estudantil (Pereira, 2019). No Brasil, essas ideias inspiraram iniciativas como o Comitê Central Pró-Reforma Universitário, que reuniu estudantes para exigir melhorias no sistema universitário, destacando a necessidade de maior integração entre professores e alunos (Sousa, 2024). Ainda, na década de 1930, a fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE) fortaleceu uma mobilização por reformas educacionais e a democratização das universidades (Boutin, 2021). Apesar de ainda modestos, estes movimentos corroboraram para o desenvolvimento e a manutenção da extensão, ainda que modesta, no ambiente universitário.

Contudo, durante o regime militar (1964-1985), os movimentos estudantis enfrentaram intensa repressão, resultando na extinção oficial da UNE em 1964 e na imposição de projetos assistencialistas, como o Projeto Rondon e o Centros Rurais de Treinamento e Ação Comunitária (CRTAC), alinhados aos interesses do governo autoritário (Couto et al. 2014).

A Lei nº 5.540 de 1968, conhecida como a primeira Reforma Universitária, que reestruturou o ensino superior no Brasil, desde o período colonial, definiu que as universidades deveriam exercer três funções básicas de forma integrada: ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 1968). Entretanto, o ensino e a pesquisa, mantinham-se como prioritárias nesse processo devido a associação tradicional entre ambos. Somente em 1988 com a promulgação da Constituição, a extensão universitária foi consolidada como um compromisso obrigatório das instituições de ensino superior, conforme o estabelece o artigo 207, que afirma: "*As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão*" (Brasil, 1988). Esse novo posicionamento, então, nivela as

ações universitárias, atribuindo importância ao processo instrucional tradicional, ao desenvolvimento científico e a interlocução com a sociedade apoiada no extensionismo.

Nos anos 2000, com a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX, 2000, 2012), a extensão universitária adotou diretrizes mais claras. Entre elas, destacam-se a integração com o ensino e a pesquisa, a promoção do desenvolvimento sustentável e da transformação social, a valorização do conhecimento local, o intercâmbio de saberes, a promoção da cidadania e a qualificação profissional dos alunos (FORPROEX, 2000). Além das universidades, o Sistema Federal de Ensino, que congrega os Institutos Federais, a constituição federal prevê na Lei nº 11.892 (Brasil, 2008) a extensão como uma das suas funções essenciais, a lei não trata da extensão universitária em si, mas ao criar os institutos federais, incorpora a extensão como parte fundamental da atuação dessas instituições.

Alinhada ao Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005, de 2014 (Brasil, 2014), que estabelece diretrizes e metas para o desenvolvimento da educação no Brasil, a extensão universitária é concretizada por meio de programas, projetos, cursos, eventos e serviços. Essas ações promovem uma interação transformadora entre a instituição, suas parceiras e a sociedade (Brasil, 2014).

Num esforço de conferir o valor Institucional à extensão, e operacionalizá-la no ambiente acadêmico a Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018, determinou que os cursos de graduação reservas sem ao menos 10% da carga horária para ações de extensão, realizadas através componentes curriculares específicos, não específicos ou por horas certificadas (Brasil, 2018). Devendo, as atividades de extensão, estarem registradas no sistema institucional, constar no histórico escolar e ser apoiadas por programas de capacitação e financiamento, reafirmando o compromisso institucional com o desenvolvimento social sustentável e a formação integral dos estudantes (Brasil, 2021).

No entanto, sua implementação, ainda, enfrenta obstáculos como a resistência a mudanças no modelo tradicional de ensino, a sobrecarga de atividades para alunos e docentes e a dificuldade em articular teoria e prática de forma eficaz (Silva e Xavier, 2024). Outra questão conflituosa a se destacar no processo de materialização da extensão universitária é a superação do assistencialismo e a implantação de um mecanismo de retroalimentação co-criado e validado pelos saberes acadêmicos e popular (Gadotti, 2017)

Outro ponto frágil é a realização de avaliações sistemáticas das ações de extensão, onde, muitas instituições de ensino superior ainda carecem de práticas estruturadas e contínuas de avaliação. A falta de indicadores claros e métodos consistentes impede uma análise mais precisa dos resultados das atividades de extensão, dificultando o aprimoramento das ações e a promoção de um impacto social mais eficaz. A

implementação de processos de avaliação mais robustos poderia melhorar a efetividade dessas iniciativas (FORPROEX, 2019).

Apesar deste panorama, as experiências exitosas revelam o impacto positivo da extensão universitária, como demonstrado em diversos estudos. Projetos como o trabalho com tecnologias digitais na educação básica, ações voltadas para a prática de Ginástica para Todos com base na pedagogia freireana e iniciativas na área de terapia ocupacional para adolescentes em contexto de vulnerabilidade social ilustram a abrangência e relevância das atividades extensionistas. Essas experiências destacam o papel transformador da extensão ao promover inclusão, desenvolvimento de habilidades práticas e fortalecimento de vínculos sociais e educacionais, evidenciando sua capacidade de atender a demandas específicas das comunidades atendidas (Lopes e Carbinatto, 2023; Beleti et al. 2023; Soares et al. 2023; Tolentino, 2021), mostram como a extensão universitária, por meio de abordagens inovadoras e integradas, atendem às demandas sociais, educacionais e ambientais, fortalecendo seu impacto e relevância na sociedade.

No contexto do curso de Educação Física (EF) a integração da extensão ao currículo precisa superar barreiras estruturais e culturais para que suas ações realmente impactem a formação dos futuros profissionais e a sociedade. Contudo, não há um caminho pronto ou uma fórmula infalível que conduza ao êxito da extensão universitária e que supere de forma imediata as dificuldades impostas. Entretanto, a análise de ações executadas e o constante diálogo acadêmico e social, pode facilitar e dinamizar esse percurso nas Instituições de Ensino Superior. Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar a curricularização da extensão no curso de Graduação em Educação Física do Instituto Federal Goiano (IF Goiano), destacando os princípios, os desafios enfrentados e as ações exitosas realizadas.

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA EXTENSÃO CURRICULARIZAÇÃO

A extensão universitária, alinhada ao Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005 de 2014, e regulamentada pela Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018, é orientada por quatro princípios que guiam a prática acadêmica e sua relação com a sociedade. O primeiro desses princípios é a interação dialógica, que propõe uma troca ativa de saberes entre a universidade e a comunidade. Esse modelo de interação permite que ambas as partes aprendam e contribuam mutuamente para a resolução de questões contemporâneas. Ao invés de uma simples transmissão de conhecimento da universidade para a sociedade, busca-se uma troca dinâmica, onde os estudantes, professores e membros da comunidade participem de forma ativa no processo educativo. Na prática, isso se traduz em atividades de extensão que colocam os alunos em contato direto com as necessidades da comunidade, permitindo-lhes aplicar o conhecimento adquirido de maneira concreta, ao mesmo tempo em que aprendem com a realidade local (Oliveira et al. 2021).

O segundo princípio é a formação cidadã, que visa à formação de cidadãos críticos e responsáveis por meio de uma educação prática e interdisciplinar. A extensão universitária valoriza o aprendizado em contextos reais, permitindo que os estudantes desenvolvam competências essenciais para atuar de forma ética e socialmente responsável. A prática de ensino, aliada à vivência direta em projetos sociais, permite que os alunos não apenas integrem conhecimentos teóricos, mas também se preparem para atuar como agentes de mudança em suas comunidades. Essa formação vai além da teoria, tornando-se uma experiência de aprendizado que envolve aspectos práticos do dia a dia da sociedade, como programas de inclusão social, saúde comunitária ou educação popular (Costa et al. 2022).

O terceiro princípio está relacionado à produção de mudanças sociais, o qual enfatiza a aplicação do conhecimento acadêmico para gerar transformações reais na sociedade. A extensão universitária busca não apenas transmitir informações, mas aplicar saberes que possam transformar a realidade social, cultural e econômica de forma sustentável. Essa mudança é possível por meio da realização de projetos que atendem demandas da sociedade, com foco em soluções inovadoras que promovem avanços significativos. Na prática, isso ocorre quando universidades desenvolvem iniciativas voltadas para áreas como saúde, educação e desenvolvimento sustentável, que não apenas resolvem problemas imediatos, mas também impactam positivamente as condições de vida da comunidade de maneira contínua e perene (Gonçalves, 2015).

Por fim, o quarto princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão busca garantir que essas três esferas do conhecimento não sejam tratadas como atividades isoladas, mas sim como partes integradas de um processo educativo único. Esse princípio é fundamental para assegurar que a formação acadêmica seja completa, conectando o saber teórico com a prática social. A articulação entre essas áreas possibilita que os projetos de extensão não apenas ajudem a resolver questões locais, mas também sejam baseados em pesquisas acadêmicas que forneçam soluções inovadoras. Além disso, os estudantes se beneficiam de uma formação mais rica, que integra teoria e prática de maneira profunda. Na prática, isso pode ser observado quando alunos de diversas áreas do conhecimento participam de projetos de extensão que envolvem a aplicação de pesquisas científicas em realidades sociais, como no desenvolvimento de tecnologias sustentáveis ou programas de saúde pública (Brasil, 2018).

Esses princípios se concretizam nas diretrizes da extensão universitária, que orientam as práticas pedagógicas voltadas para a comunidade. A primeira diretriz, a interação dialógica, reforça a importância de uma troca mútua de saberes, promovendo um ambiente onde a universidade e a comunidade aprendem juntas. Projetos de extensão que envolvem a participação ativa da sociedade são exemplos claros dessa diretriz, como oficinas, consultorias e iniciativas de desenvolvimento local, onde os conhecimentos

acadêmicos são compartilhados, mas também são moldados pela realidade comunitária. Na prática, esse processo é visto quando os estudantes participam de atividades que não só disseminam conhecimento, mas também absorvem as experiências e contribuições da comunidade, criando soluções mais eficazes e adaptadas à realidade local (Oliveira et al. 2021).

A formação cidadã é a segunda diretriz, que visa capacitar os alunos para atuar de forma crítica e responsável. A prática de atividades de extensão, como voluntariado, programas de capacitação e atendimento a grupos vulneráveis, é uma forma eficaz de proporcionar essa formação. Ao se envolver em atividades práticas, os alunos são desafiados a refletir sobre sua responsabilidade social e a atuar de maneira ética em suas profissões, impactando diretamente a sociedade. A participação em projetos voltados para a educação popular ou para a promoção da saúde e da cidadania fortalece esse aprendizado, preparando os estudantes para serem profissionais e cidadãos conscientes de seu papel social (Costa et al. 2022).

A terceira diretriz, a produção de mudanças sociais, também se reflete nas práticas de extensão, que buscam a transformação real da sociedade. Por meio de projetos inovadores e soluções sustentáveis, a extensão universitária tem o poder de gerar impacto social duradouro. Isso ocorre quando as universidades, por meio de seus projetos de extensão, buscam resolver questões concretas da sociedade, como a melhoria das condições de saúde pública, educação básica ou inclusão social. Na prática, projetos de extensão, como os que promovem o desenvolvimento sustentável ou a implementação de tecnologias sociais, não apenas atendem uma necessidade imediata, mas também geram transformações estruturais na comunidade, criando um ciclo contínuo de melhoria social (Gonçalves, 2015).

Por fim, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão nas diretrizes visa fortalecer a integração entre essas áreas, tornando o processo educativo mais dinâmico e completo. Ao integrar ensino e pesquisa nas atividades de extensão, as universidades criam um ambiente de aprendizado mais profundo e aplicado, onde os estudantes têm a oportunidade de trabalhar com problemas reais enquanto aplicam e ampliam os conhecimentos adquiridos em sala de aula. Esse princípio é fundamental para que a extensão universitária se torne não apenas uma atividade complementar, mas um pilar essencial da formação acadêmica, impactando positivamente tanto os alunos quanto a sociedade. Na prática, essa articulação se dá quando os alunos participam de projetos que envolvem pesquisa científica aplicada, como no caso de programas de intervenção comunitária baseados em dados e pesquisas acadêmicas (Brasil, 2018).

Objetivos da Curricularização da Extensão nos Institutos Federais: Integração entre Ensino, Pesquisa e Comunidade

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, organizada pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), é composta por instituições que oferecem ensino gratuito e de qualidade, abrangendo desde o ensino médio até a pós-graduação *stricto-sensu*. Criada com o objetivo de democratizar o acesso à educação e promover o desenvolvimento regional, a Rede CONIF reúne 38 institutos federais, 2 centros federais de educação tecnológica e o Colégio Pedro II (CONIF, 2020).

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu os Institutos Federais e os Centros Federais de Educação Tecnológica, também destaca a importância da extensão como uma das suas funções essenciais. De acordo com a Lei, a extensão nos Institutos Federais tem como objetivos promover a interação da instituição com a sociedade, levando o conhecimento gerado no ensino e na pesquisa para fora dos muros acadêmicos e contribuindo para a solução de problemas locais e regionais. Assim, a extensão busca integrar ensino, pesquisa e inovação em atividades que envolvem diretamente as comunidades, com ênfase na promoção do desenvolvimento social, econômico e cultural. A atuação extensionista é, portanto, fundamental para fortalecer a missão dos Institutos Federais, ampliando seu impacto no contexto regional e promovendo a inclusão social e a transformação das realidades locais (Brasil, 2008).

O Instituto Federal Goiano integra essa rede e desempenha papel essencial na formação acadêmica e técnica em Goiás. Com diversos campi espalhados pelo estado, ele oferece cursos que atendem às demandas regionais, integrando ensino, pesquisa e extensão. Sua missão é promover uma educação inclusiva e inovadora, preparando profissionais qualificados e cidadãos conscientes para o mercado de trabalho e a sociedade (Brasil, 2018).

A curricularização da extensão, destacada no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2028 do IF Goiano, reforça a ideia de integrar as atividades de extensão diretamente ao currículo dos cursos de graduação. A proposta exige que pelo menos 10% da carga horária total dos cursos seja destinada a ações extensionistas, conectando ensino e pesquisa às demandas da sociedade. Esse modelo busca proporcionar aos estudantes experiências práticas que complementam o aprendizado teórico e atendem às necessidades reais das comunidades. Além disso, promove a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, fortalecendo a relação da universidade com o desenvolvimento social e sustentável, ao mesmo tempo em que contribui para a formação mais completa e cidadã dos alunos (Brasil, 2024).

Como uma instituição que oferece ensino superior, o IF Goiano também desenvolve ações de extensão e curricularização. A Resolução nº 50/2021 regulamenta as atividades de extensão nos currículos de graduação, determinando que, no mínimo, 10% da carga

horária total dos cursos seja destinada a essas práticas (Brasil, 2021). Alinhada à Resolução nº 7/2018 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece diretrizes para a extensão na educação superior brasileira, e ao Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Brasil, 2018; Brasil, 2014), essa regulamentação reforça a importância da integração entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo uma formação acadêmica mais conectada às demandas sociais.

Os Projetos Pedagógicos de Curso (Brasil, 2018) do IF Goiano asseguram o registro das horas de extensão no histórico acadêmico, permitindo a validação de atividades externas realizadas pelos estudantes. Essa prática reflete o compromisso institucional em integrar ensino, pesquisa e extensão como pilares indissociáveis da formação acadêmica. No IF Goiano, a extensão é caracterizada por sua ampla diversidade de atividades, que incluem programas, projetos, cursos, oficinas e eventos voltados para o atendimento das demandas sociais e regionais. Essas atividades promovem a troca de saberes entre a academia e a comunidade, favorecendo o desenvolvimento sustentável, a inovação tecnológica e a inclusão social (B. Além disso, a extensão é planejada para impactar positivamente tanto os alunos, que desenvolvem competências práticas e cidadãs, quanto as comunidades, que se beneficiam de soluções criativas e colaborativas para os desafios locais.

A integração das atividades de extensão nos PPCs garante não apenas a valorização do conhecimento adquirido fora da sala de aula, mas também a formação integral dos estudantes, que se tornam mais aptos a atuar de maneira crítica e transformadora na sociedade.

No curso de Educação Física do IF Goiano, a extensão está integrada de forma sistemática às diferentes etapas da formação acadêmica, conforme previsto na legislação. O processo inicia-se com a definição de componentes curriculares que associam a extensão às disciplinas obrigatórias. Na fase comum, todos os alunos, independentemente da habilitação, cumprem 132,95 horas de atividades extensionistas vinculadas às disciplinas. Posteriormente, na etapa específica de cada habilitação, o bacharelado inclui 67,84 horas e a licenciatura, 71,50 horas, também associadas a componentes curriculares. Além disso, para atender à exigência mínima de 10% da carga horária total do curso destinada à extensão, são ofertadas horas de livre escolha dos estudantes, acrescendo 120 horas no bacharelado e 116 horas na licenciatura, com o total de carga horária de 320 (Brasil, 2018).

Essa distribuição permite que os discentes escolham atividades extensionistas que estejam alinhadas aos seus interesses e às demandas das comunidades atendidas. O planejamento detalhado e a integração dessas horas nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) garantem que a extensão seja efetivamente registrada no histórico acadêmico,

validada como parte do currículo e utilizada para promover o impacto social e a formação integral dos estudantes (Brasil, 2018).

Deverão ser cumpridas um total de 320 horas a partir do tempo de extensão associado às disciplinas na fase comum (132,95 horas) e específica (67,84 horas no bacharelado e 71,50 horas na licenciatura) do curso, além de carga horária de livre escolha dos discentes, acrescentando mais 120 horas para o curso de bacharelado e 116 horas na licenciatura, conforme descrito no quadro abaixo (Brasil, 2018).

Dando sequência à análise, é importante ressaltar que as ações extensionistas realizadas pelo IF Goiano evidenciam o compromisso institucional com a integração entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo impactos significativos nas comunidades atendidas. Esses projetos não apenas respondem às demandas locais e regionais, mas também enriquecem a formação dos estudantes ao vincularem o aprendizado teórico à prática social. No capítulo seguinte, serão discutidos os processos de avaliação dessas atividades, com o intuito de identificar oportunidades de aprimoramento, potencializar os resultados alcançados e fortalecer a relação entre a universidade e a sociedade.

Propostas de extensão desenvolvidos no curso de Educação Física do IF Goiano

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Física prevê que os saberes acadêmicos próprios da área devem “ *atender às necessidades sociais no campo da saúde, da educação e da formação, da cultura, do alto rendimento esportivo e do lazer.*” (Brasil, 2018, p.1). Seguindo essa orientação, as ações extensionistas desenvolvidas no curso de Graduação em EF do IF Goiano devem perfazer todos estes campos, com o intuito de garantir uma formação plena.

Apesar de haver ações exitosas na maioria destas áreas, vamos concentrar a descrição das ações na área da saúde, devido ao impacto social produzido. A realidade da atuação em saúde da EF na região onde o IF Goiano - Campus Urutaí está localizado é de precariedade dos serviços. Não havendo profissionais formados atuando nas Unidades de Saúde Básica, e poucos habilitados para atuarem nas escolas, concorrendo para uma alta taxa de distorção entre formação e atuação nesta área.

As propostas extensionistas tiveram como ponto de partida a demanda social, onde os atores sociais comunitários - pedagoga e diretora de escolas públicas e enfermeira coordenadora da Estratégia de Saúde da Família (ESF) - sabedoras da instalação do curso de EF no IF Goiano - Campus Urutaí, procuraram a instituição para auxílio nas demandas locais. As dificuldades enfrentadas pela ESF eram o desinteresse do grupo de apoio aos idosos, onde havia uma elevada taxa de evasão devido a falta de atividades práticas no grupo (dança, ginástica, jogos, etc). Já as demandas escolares foram de duas natureza: uma delas era a dificuldade em proporcionar práticas físicas no ambiente escolar,

já que não havia profissional de EF na escola, gerando um ambiente de hiperatividade dos alunos na escola. E o segundo foi um caso de discriminação de uma criança por ter diabetes com controle precário, e as constantes crises de hiperglicemia, as limitações comportamentais relacionadas ao diabetes não controlado, deixavam as crianças com receio daquela acometida pela doença.

A Trilha da Educação em Saúde, foi um conjunto de atividades desenvolvidas através de diversas estratégias metodológicas para desenvolver o tema diabetes mellitus (DM) no ambiente escolar. O público-alvo eram crianças do ensino fundamental I. As ações desenvolvidas foram planejadas na disciplina Educação Física na Atenção à Saúde, onde o mecanismo fisiopatológico, bem como as atividades e brincadeiras propostas foram realizadas como atividade integradora dessa disciplina. Foram elaboradas: uma aula simplificada de anatomia e fisiologia da DM, um jogo de trilha gigante sobre DM, e uma pequena exposição com modelos anatômicos guiada por personagens infantis. A atividade teve carga-horária total de 15 horas. Como resultados foram percebidos grande interação entre as crianças e os discentes, durante todas as etapas, fazendo questionamentos, participando das atividades e seguindo os roteiros de interação propostos. Ao final da etapa os alunos solicitaram o retorno do grupo para tratar de novos assuntos de saúde-doença que eles tinham dúvidas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Física orientam que os profissionais da área devem estar preparados para atender às diversas necessidades sociais, especialmente nas esferas de saúde, educação, formação, cultura, esporte e lazer, visando uma formação que esteja diretamente alinhada às demandas sociais (Brasil, 2018). Nesse contexto, o curso de Graduação em Educação Física do IF Goiano tem como objetivo implementar ações extensionistas que contemplem essas áreas, integrando ensino, pesquisa e extensão, e promovendo uma formação acadêmica ampla, conectada com as necessidades da comunidade.

No entanto, é importante destacar que, na região onde o IF Goiano - Campus Urutaí está situado, há uma carência significativa de profissionais de Educação Física nas Unidades Básicas de Saúde e uma presença limitada nas escolas. Essa realidade destaca a importância das ações voltadas para a saúde desenvolvidas no âmbito da extensão, que têm o potencial de suprir parte dessas lacunas e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população local.

Na disciplina de Anatomia II, o estudo detalhado da origem, inserção e ação de todos os músculos do corpo humano foi complementado pelo desenvolvimento de um projeto de extensão, integrado à Prática como Componente Curricular (PCC). Esse projeto resultou na criação de folder educativos, com o objetivo de orientar crianças e cuidadores de idosos sobre exercícios que podem ser realizados em família, no ambiente doméstico,

promovendo a Educação em Saúde nas escolas e em ambientes não-escolares colaborando para a qualidade de vida dos idosos.

O folder, intitulado "Yoga para Crianças", foi elaborado com base em conteúdos de anatomia e teve como objetivo oferecer orientações claras e acessíveis sobre exercícios de yoga adaptados para o público infantil. O material apresentou seis posturas cuidadosamente selecionadas, cada uma associada a um segmento corporal específico, com explicações detalhadas sobre a execução dos movimentos e os músculos ou regiões corporais envolvidas. Além disso, o folder destacou os benefícios físicos e emocionais de cada exercício, utilizando linguagem simples e ilustrações didáticas para facilitar a compreensão e aplicação prática das posturas. Os exercícios foram planejados para serem simples, mas eficazes, de modo que as crianças pudessem realizar as atividades com facilidade e, ao mesmo tempo, experimentassem os benefícios de se mover de forma correta e consciente

O folder para os idosos foi elaborado com exercícios funcionais voltados para a prevenção de quedas e a manutenção da independência física dos idosos, aplicando conhecimentos anatômicos essenciais sobre o funcionamento e a estrutura do corpo humano. Esse material foi desenvolvido em resposta a uma demanda identificada pelo serviço de atenção primária à saúde da comunidade local, que apontou a falta de orientações práticas sobre exercícios físicos para o público idoso, agravada pela ausência de profissionais habilitados na área. O objetivo principal do folder foi fornecer instruções acessíveis e precisas sobre atividades funcionais que promovem a manutenção da independência física, a prevenção de quedas e a reabilitação dos idosos. Cada exercício foi descrito de forma clara, com imagens ilustrativas que facilitaram a compreensão dos movimentos, além de destacar os benefícios de fortalecimento muscular, melhoria do equilíbrio e aumento da qualidade de vida dos participantes.

A integração entre teoria e prática foi evidente no projeto, que uniu conhecimentos acadêmicos às necessidades reais da comunidade. A aplicação do projeto foi planejada e executada na disciplina de Educação Física na Atenção à Saúde na forma escolar e não escolar.

A atividade escolar foi realizada em uma escola com turmas do Ensino Fundamental I e II. Ao chegar na escola, iniciou-se com uma apresentação de todos os participantes, seguida de uma explicação sobre o que é o Yoga, seus benefícios para o corpo e a mente das crianças, e como a prática poderia auxiliar no desenvolvimento físico e emocional, além de promover melhorias na concentração, no equilíbrio e no relaxamento.

Após a conversa inicial, as posturas foram realizadas com as crianças, sendo explicadas passo a passo. Durante a execução de cada posição, foi detalhado como cada postura poderia beneficiar o corpo das crianças, como o fortalecimento muscular, o

aumento da flexibilidade e a promoção de uma postura corporal mais saudável. A atividade foi conduzida de maneira interativa e lúdica, permitindo que os alunos compreendessem a importância de cada movimento e como ele contribui para o bem-estar físico e mental.

Ao final da atividade, folders contendo as orientações e posturas de Yoga foram entregues a cada aluno, para que pudessem levar para casa. O objetivo foi que os estudantes compartilhassem com os pais as informações e práticas aprendidas, incentivando a realização das atividades no ambiente familiar e promovendo momentos de interação e cuidado com a saúde em casa.

A atividade não escolares foi realizada no Grupo Reviver, inicialmente, foi feita uma explicação detalhada sobre os objetivos dos exercícios e como eles poderiam beneficiar cada um dos participantes. A abordagem foi clara e didática, apresentando o passo a passo de cada exercício e destacando sua importância para a manutenção da saúde física, prevenção de quedas, melhoria do equilíbrio, além de contribuir para o fortalecimento muscular e autonomia.

Em seguida, os exercícios foram realizados com os participantes, sendo adaptados conforme as necessidades individuais. Durante a execução, foram esclarecidas dúvidas e ajustadas posturas e movimentos para garantir que todos os exercícios fossem feitos de maneira segura e eficaz. A atividade foi conduzida de forma interativa, com os participantes sendo incentivados a expressar suas dúvidas e dificuldades, recebendo apoio constante para a correta execução dos movimentos.

Ao final da atividade, foi entregue folder, com fotos dos exercícios feitos pelos próprios participantes durante a execução. Esses cartões foram entregues para que os participantes pudessem levar para casa e continuar praticando os exercícios com o apoio das imagens. Além disso, o folder servia como um incentivo para que os participantes compartilhassem as atividades com seus familiares, promovendo a continuidade da prática física em casa e fortalecendo os laços familiares e sociais.

As dificuldades mais relevantes identificadas no contexto escolar referem-se à definição de um dia apropriado para a realização das atividades, considerando a coincidência com o período de avaliação, Adicionalmente, durante a execução, foi necessário um maior esforço para manejar o comportamento dos alunos, uma vez que o excesso de conversas dificultou a compreensão plena das orientações fornecidas.

O projeto de extensão trouxe benefícios importantes ao unir o conhecimento acadêmico com as necessidades da comunidade. Com a criação de folders educativos sobre Yoga para crianças e exercícios funcionais para idosos, foi possível orientar os participantes sobre práticas que ajudam no fortalecimento muscular, equilíbrio e prevenção de quedas. As atividades realizadas em escolas e no Grupo Reviver promoveram o desenvolvimento físico e emocional, e o fato de os folders serem levados para casa

incentivou as famílias a continuarem as práticas. Além de atender a uma demanda local, o projeto aproximou a universidade da comunidade, oferecendo uma experiência prática para os estudantes e melhorando a qualidade de vida de crianças e idosos.

Considerações finais

A extensão universitária é essencial na formação acadêmica e na transformação social, sendo uma estratégia importante no curso de Educação Física do IF Goiano. A curricularização da extensão, que incorpora 10% da carga horária às atividades extensionistas, enriquece a formação dos alunos e amplia o alcance social da instituição. Projetos como programas de saúde e qualidade de vida, como a "Trilha da Educação em Saúde" e os folders educativos de Yoga, mostram a integração entre teoria acadêmica e necessidades comunitárias, gerando mudanças significativas.

Entretanto, o processo de curricularização enfrenta desafios, como resistência à mudança, sobrecarga e falta de mecanismos de avaliação. Para superar esses obstáculos, é crucial investir na capacitação docente, promover a colaboração entre os envolvidos e criar indicadores claros para o aprimoramento contínuo das ações.

Apesar dos desafios, os resultados demonstram o poder transformador da extensão, formando alunos críticos, éticos e socialmente responsáveis, e oferecendo soluções colaborativas para a comunidade. A curricularização da extensão no curso de Educação Física do IF Goiano avança na construção de uma educação superior mais inclusiva, com o potencial de fortalecer ainda mais o papel da extensão na formação acadêmica e no desenvolvimento social.

Referências

- Andrade, E. P., Oliveira, J. L. S., Seixas, M. A. de C., Motta, E. F. R. O., Viana, R. C., Monforte, T. M., & Batista, L. S. (2023). **A implantação do acervo acadêmico digital como forma de incremento a responsabilidade social nas universidades públicas.** *Revista De Gestão E Secretariado*, 14(8), 12712–12726
- Bacin, L. D. ., Nogueira, J. Z. ., Carvalho, M. N. de ., Tamara, M. O. ., Nunes, G. A. ., & Prochinski, J. da S. . (2023). **ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: O ACESSO À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE E O ESTADO.** *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 9(2), 1163–1178.
- Beleti, C. R., Bezerra, M. G. C., Junior, R. M. S., & Sfrom, M. S. F. (2023). **Computação na educação básica: Experiências e reflexões possibilitadas pelo projeto Por dentro do computador.** *Cadernos Cedes*, 43(120), 86–97.

Boutin, A. C. B. D. (2021). **A cultura como estratégia política na Revista Movimento, da União Nacional dos Estudantes (2001-2010)**. *Revista de Educação Popular*, 20(3), 232–251.

Brasil. (1931). **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Recuperado de: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19851.htm

Brasil. (1968). **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Recuperado de: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm

Brasil. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Brasil. (2008). **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**.

Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm

Brasil. (2008). **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm

Brasil. (2014). **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.

Brasil. (2018) **Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física**. Recuperado de: https://suap.ifgoiano.edu.br/media/upload/chamado/anexos/PPC_EF_LICENCIATURA-fa42b281d4a54178bcd19ab3f72c092f.pdf.

Brasil. (2018). **Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018** .Recuperado de: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808.

Brasil. (2018). **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Recuperado de: https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Resol_7cne.pdf

Brasil. (2018). **RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Recuperado de https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808.

Brasil. (2021). **RESOLUÇÃO/CONSUP/IF GOIANO Nº 50 DE 23 DE ABRIL DE 2021**. Recuperado de:

https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/DIRETRIZES_PARA_CURRICULARIZA%C3%87%C3%83O_DA_EXTENS%C3%83O_NOS_CURSOS_DE_GRADUA%C3%87%C3%83O_ad7xKiS.pdf

BRASIL. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Recuperado de: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN7208.pdf.

Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF). (2020). **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Recuperado de <https://portal.conif.org.br>

Costa, I.H., Ribeiro, K.I., Do Prado, I.B., & Becker, L.K. (2022). **Contribuição da extensão universitária na formação em educação física**. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, 13(2), 161-172.

Couto, C., Ohlweiler, J. M., Azeredo, I. J., Almeida, P. S., Daniel, M. C., Froehlich, P. S., & Negrini, G. (2014). Construindo caminhos: Interdisciplinaridade e protagonismo estudantil na proposta do VICOM. *Revista Brasileira de Educação*, 19(58), 157–172.

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX). (2012) Recuperado de: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX). (2020) Recuperado de https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Relat%C3%B3rio_de_Pesquisa_Forproex_EBOOK.pdf

Gonçalves, N. G. (2016). Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. *Perspectiva*, 33(3), 1229–1256.

Hayakawa, T. A., Bueno, L., & Guimarães, M. de F. (2024). Por uma dada história da extensão universitária brasileira. *Horizontes*, 42(1), e023093.

Lopes, P.; Carbinatto, M. V. (2023). Princípios da pedagogia freiriana na extensão universitária em Ginástica para Todos. *Revista Brasileira de Educação*, 28, e280008.

Macedo, A. R.; Trevisan, L. M. V.; Trevisan, P. ; Macedo, C. S. (2005). Educação Superior no Século XXI e a Reforma Universitária Brasileira. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, 13 (47), 127-148

Oliveira, R. E. O., Figueiredo, R. A., Makishi, F., Sais, A. C., Olival, A. A., Alcântara, L. C. S., Morais, J. P. G., & Veiga, J. P. C. (2021). **A interdisciplinaridade na prática acadêmica universitária: Conquistas e desafios a partir de um projeto de pesquisa-ação.** *Revista de Avaliação da Educação Física*, 26(2), 377–400.

Pereira, E. M. A. (2019). A importância da Reforma de Córdoba para o contexto acadêmico latino-americano: cem anos de contribuição. *Revista Internacional de Educação Superior*, 5, 1-12.

Rayol, B. P., & Alvino-Rayol, F. de O. (2019). INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO AGROFLORESTAL NA AMAZÔNIA CENTRAL. *Extensão Em Foco*, (19). <https://doi.org/10.5380/ef.v0i19.62504>

Schock, I., Strappazzon, J. S. ., Moura, L. dos S. P. de ., & Veiga, A. M. da R. . (2021). Pedagogical practices and the education of eachers: Dialogue based on playfulness and mobilization of knowledge. *Research, Society and Development*, 10(10), e345101018979.

Silva, D. J. P.; Xavier, A. R. C. (2024) Transformação Metodológica No Ensino De Física: Análise De Uma Experiência Na Educação Superior. *IOSR Journal Of Humanities And Social Science*, 29(1), 48-55

Soares, K. D. A, Brandão, I., Pereira, J.; Gomyde, E.; Silva, M. P.; Ribeiro, G.; Zanini, F.; Grossel, L. A. (2023). A decade of Zoology Summer Course: impressions and impacts of the first university extension course on Zoology in Brazil. *Biota Neotrop.*, 23(2), e20221458

Sousa, J.M., Farinha, M.G., Caixeta, C.C., Paranaguá, T.T., Nunes, F.C., & Bezerra, A.L. (2024). Extensão universitária e tecnologia grupal: refletindo a prática profissional na atenção psicossocial para transformar o modelo assistencial. *Revista ELO Diálogos em Extensão*.

THIESEN, J. S. (2008) **A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem**. *Revista Brasileira de Educação*, 13 (39), 545- 598.

Tolentino, G. P., Nunes, N. M., Lima, J. L. R., Oliveira, C. V. S., Venâncio, P. E. M., & Rocha, E. A. V. (2021). **Ensaio aberto: Um convite à reflexão sobre a arte e cultura como facilitadores da extensão**. In *Educação dos primórdios ao século XXI: Perspectivas, rumos e desafios* 2, 5, 47–59.

Vedovello, A. J. S.; Santamaria, L. M.; Said, G. A. D.; Rosa, T. H. Y.; Galheigo, Tâmara H. Y. (2023) **Terapia ocupacional e socioeducação: uma trajetória institucional de acompanhamento de adolescentes e jovens durante quatro décadas**. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 31(spe), e3396.

Grupo de estudo: PROMETEU – Grupo de Estudo Multidisciplinar em Saúde, Meio Ambiente, Ensino e Qualidade de Vida – IF Goiano.

Endereço Físico: Rod. Geraldo Silva Nascimento, Km-2,5 - Zona Rural, Urutaí - GO, 75790-000.